

Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro: ingredientes de políticas cultural e urbana¹

Luiz Fernando Zugliani*

Resumo

Este artigo faz uma abordagem sobre a relação entre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e as Bibliotecas Parque do estado do Rio de Janeiro. Mostra como o PAC valeu-se da exitosa experiência das cidades colombianas de Bogotá e Medellín, que enfrentaram a criminalidade em espaços dominados pelo tráfico, com um projeto de urbanização que privilegiou a construção de equipamentos sociais, como as bibliotecas multifuncionais. Destaca a necessidade de integração de diversas políticas públicas, com o fim de obter resultados efetivos voltados à inserção social e à melhoria dos indicadores de leitura. Propõe, ao final, uma reflexão sobre a generalização do termo “parque” diante das ações de comunicação social e de formulação de políticas públicas para o setor.

Palavras-chave: PAC; Urbanização; Cultura; Bibliotecas Parque.

Abstract

This article is a discussion of the relationship between the Growth Acceleration Program (PAC) and the Bibliotecas Parque of Rio de Janeiro. It shows how the PAC took advantage of the successful experience of the Colombian cities of Bogota and Medellin, who faced crime in areas dominated by traffic, with an urbanization project that favored the construction of social facilities such as multi-functional libraries. It highlights the need for integration of various public policies, in order to get effective results focused on social inclusion and improve reading indicators. Proposes, at the end, a reflection on the generalization of the term “parque” in the face of actions of social communication and formulation of public policies for the sector.

Keywords: PAC; Urbanization; Culture; Bibliotecas Parque.

1 Introdução

Na abertura do Seminário Internacional sobre Políticas Públicas do Livro e Regulação de Preços em 2015, o ministro da Cultura Juca Ferreira disse que o Brasil não dá a importância necessária à leitura e que é uma “vergonha” o índice de livros *per capita* ser de

¹ Artigo produzido como parte dos requisitos de avaliação da disciplina Estudos Urbanos, ministrada pela professora doutora Mariana Cavalcanti.

* Mestrando em Bens Culturais e Projetos Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) da Fundação Getulio Vargas.

apenas 1,7 por ano. Isso coloca o Brasil, afirmou, em situação inferior aos vários países vizinhos com índices de pobreza maiores.²

Entretanto, convém mencionar que ao longo das últimas décadas várias ações governamentais foram e vêm sendo implementadas para o enfrentamento do referido problema, mas, ao que tudo indica, seguem desprovidas de bons resultados. Campanhas publicitárias, revisão de custos de livros e aumento do número de bibliotecas públicas nos municípios brasileiros são apenas algumas delas. O assunto é complexo, mas precisa ser encarado. Com o revezamento dos governantes, novas soluções se apresentam e são testadas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo governo federal em 2007, trouxe propostas com o tema da urbanização de favelas que certamente podem oferecer uma contribuição aos objetivos de inclusão social e, por conseguinte, de melhoria dos índices de leitura. A partir da conjugação de iniciativas de ministérios, em cooperação com os governos estaduais, equipamentos sociais quase inacessíveis à população desses territórios passaram a figurar nos espaços onde domina a criminalidade.

A oportunidade oferecida pelas ações e recursos do referenciado programa gerou um ambiente fértil para a apropriação, por parte do Governo do estado do Rio de Janeiro, de experiências bem-sucedidas, como as identificadas em Bogotá e Medellín, na Colômbia, que vivenciaram situações análogas às das favelas cariocas. Foi, portanto, das observações efetuadas no modelo colombiano que nasceram as Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro.

Ressalte-se que a lógica da convergência e perenidade de diversas políticas públicas, essência do ensinamento disponibilizado por essas cidades, é algo que precisa ser assimilado pelas autoridades locais, caso a intenção seja realmente obter êxito na construção de uma nova infraestrutura urbana, com foco na inserção social e no acesso à cultura.

Castells e Borja (1996, p. 157) já alertavam para a “necessidade de dar respostas integradas e não setoriais aos problemas de emprego, educação, cultura, moradia, transportes”. Em adição, a educadora Silvia Castrillón, uma das articuladoras do sistema colombiano de bibliotecas públicas lembra: “o que faz uma biblioteca não é o edifício, nem os livros, mas sua capacidade de convocar todos os cidadãos de seu entorno a descobrir esse bem público que é a palavra escrita”.³ O desafio que se coloca tem relação com a capacidade do Estado em promover as conexões dos projetos dos mais variados setores, para que essa “convocação” possa agregar valor à vida das pessoas e, como corolário, gerar impacto positivo nas estatísticas.

² Disponível em: <<http://bit.ly/2odhQnb>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

³ Disponível em: <<http://bit.ly/2om49Qh>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

Este artigo, além desta introdução e das considerações finais, tem três seções. A primeira tratará da correlação do PAC do governo federal e as Bibliotecas Parque do estado do Rio de Janeiro. Depois, abordará as bibliotecas colombianas, modelo inspirador daquelas que aqui foram e estão sendo instaladas. Por fim, apresenta a Biblioteca de Manguinhos e a formação da rede de bibliotecas parque, propondo algumas reflexões a respeito das funcionalidades dessas bibliotecas.

2 Berço das bibliotecas parque: o Programa de Aceleração do Crescimento

A história das Bibliotecas Parque do estado do Rio de Janeiro se confunde com as ações do PAC, inseridas no eixo Infraestrutura Social e Urbana.⁴ Entre outros objetivos do programa, essas ações buscavam a melhoria das condições de vida da população, “intensificando ainda mais a inclusão social” (BRASIL, 2007).

O programa que em âmbito nacional era coordenado pelo Ministério das Cidades e tinha a Caixa Econômica Federal como a gestora dos recursos fez integrar o Plano Estratégico do Governo do estado do Rio de Janeiro. O total de investimentos do PAC no estado, entre 2008 e 2010, foi de R\$ 3,1 bilhões. Parte desse valor veio de repasses do governo federal ao qual se somava uma contrapartida do governo estadual – a divisão variava de acordo com cada contrato e com o andamento das obras.⁵ Desse montante, as três esferas do governo decidiram reservar R\$ 860 milhões à urbanização das favelas.⁶

Um dos critérios adotados pelo governo do estado do Rio de Janeiro para a seleção das comunidades foi a redução de danos ambientais causados por assentamentos irregulares. A urbanização dos assentamentos informais, foco do programa, reforçava o reconhecimento do direito à cidade e a um ambiente de moradia digna, especialmente envolvendo a população de baixa renda. (CÂMARA, 2011). Segundo Cláudia Trindade, a cargo do Governo do estado estava a “[...] construção do maior número de equipamentos sociais (de educação, saúde, cultura, lazer e de geração de trabalho e renda) e de unidades habitacionais”. (TRINDADE, 2009, p. 6).

Nesse contexto, Trindade ressalta que a urbanização integrada de favelas ganhou destaque em várias regiões do país. No Rio de Janeiro, especificamente, as três maiores obras

⁴ Os investimentos do PAC em infraestrutura (2007-2010) foram divididos em três eixos básicos: Logística, Energia e Social e Urbana.

⁵ Disponível em: <<http://bit.ly/2nkaxWv>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2oDy2ek>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

noticiadas foram as do Complexo do Alemão, do Complexo de Manguinhos e da Favela da Rocinha, integrando o chamado PAC Favelas.

Na visão de Mariana Cavalcanti (2013, p. 196),

[...] o PAC-Favelas foi concebido em consonância com as exigências do planejamento estratégico e de marketing urbano que vêm dando o tom da construção política, discursiva e imaginária de uma cidade apta a sediar megaeventos globais como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, entre outros. (CAVALCANTI, 2013, p. 196).

Os técnicos do governo estadual, em especial da Secretaria de Estado de Obras (Seobras), que gerenciava o programa, e da Caixa Econômica Federal apresentaram ao governo federal o Plano de Desenvolvimento Urbanístico do Complexo de Manguinhos, desenvolvido durante 2002 e 2003, que veio a materializar-se no PAC Manguinhos, cujas obras tiveram início em abril de 2008” (TRINDADE, 2009). Esse projeto, portanto, inaugura as intervenções urbanísticas com propósitos de inclusão social.

Note-se, porém, que as grandes intervenções em favelas no Rio de Janeiro não apresentavam conteúdo específico dos projetos, principalmente para a população local: “Isto significava que o projeto ainda não estava definido em sua totalidade e que precisava ser modificado constantemente”. (TRINDADE, 2009, p. 7).

Quando incorporada ao processo de discussão acerca da implantação de uma biblioteca em área integrante do Complexo de Manguinhos, conduzido pelo governo do estado, a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC/RJ) viu-se diante da responsabilidade de propor o modelo de equipamento a ser instalado, que posteriormente passaria a ser supervisionado por sua estrutura administrativa.

Fundamentado em propostas de Ana Ligia Medeiros, titular da Superintendência de Bibliotecas⁷, a Secretaria de Cultura, para cumprir a aludida missão, uniu-se ao Departamento do Livro e da Leitura do Ministério da Cultura (MinC) com o objetivo de analisar possíveis modelos de bibliotecas e suas formas de viabilização.

Por se tratar de equipamento cultural a ser instalado em localidades com preocupantes indicadores de violência e criminalidade, a equipe em questão balizou suas atividades em experiências estrangeiras que viraram referência na América Latina, como nos casos de Santiago, no Chile, e Bogotá e Medellín, na Colômbia⁸, que instalaram a partir de um amplo

⁷ Ana Ligia Medeiros foi a responsável pela elaboração dos projetos das bibliotecas do estado do Rio de Janeiro.

⁸ Conferir: *As lições de Bogotá & Medellín: do caos à referência mundial* (2013). Essa obra organizada por Cavalcanti apresenta uma detalhada abordagem dos processos de melhoria dessas cidades.

projeto urbanístico bibliotecas públicas em comunidades de características semelhantes àquelas contempladas pelo PAC Favelas, isto é, sob forte influência do tráfico.

Os projetos dessas localidades não só foram objeto de visita *in loco* dos representantes da SEC/RJ, mas também de outros setores do governo do estado do Rio de Janeiro, por exemplo, urbanismo, segurança e planejamento, que viam nessas referências internacionais um conjunto de soluções com enorme potencial de convergência com a situação carioca, e capazes, desse modo, de contribuir para a estruturação do PAC Favelas.

Componente de um projeto de Estado⁹, as bibliotecas públicas nas comunidades colombianas e chilenas, em evidência, foram construídas e equipadas com um conceito diferenciado, também já experimentado com êxito por países da Europa e pelos Estados Unidos. A proposta de reunir em um mesmo espaço atividades relacionadas a cinema, música, teatro, espaço multimídia e leitura vem propiciando à população acesso à cultura, nas suas mais variadas manifestações, bem como a realização do direito à informação.

A configuração colombiana de bibliotecas, que muito contribuiu para a diminuição da criminalidade, passa a ser adotada no estado do Rio de Janeiro, mediante o PAC, iluminando as decisões correlatas e começando a dar forma à rede de bibliotecas parque que viria a surgir.

3 Bibliotecas colombianas: a inspiração das Bibliotecas Parque do Rio de Janeiro

Fazendo uma compilação das lições extraídas do processo que gerou surpreendentes mudanças em Bogotá e Medellín, antes submersas em desordem urbana, corrupção, tráfico e ineficiência da administração pública – só para citar alguns itens do caótico cenário que identificava essas localidades –, Murilo Cavalcanti (2013, p. 7) destaca propriedades da transformação, apontando que tudo foi feito

[...] com base no respeito à vida, à cidadania, ao espaço público, ao conceito que hoje corre o mundo de que a cidade deve ser prioritariamente pensada e organizada para os seus cidadãos, em especial para aqueles que mais sofrem com a falta de atenção e serviços básicos, como é o caso dos jovens em situação de risco, dos idosos, das crianças, das pessoas com necessidades especiais, dos pedestres. (CAVALCANTI, 2013, p.7).

O citado autor assinala que a diferença para a realidade brasileira é que, por trás de soluções simples, existe o desejo político de eleger prioridades e fazer que elas sejam implementadas. Acentua que “existe, portanto, uma decisão que antecede as soluções postas

⁹ A ideia de conformação de uma política de Estado tem a ver também com uma forma de atuação do governo que privilegia o envolvimento de vários setores como educação, cultura, saúde e segurança, numa sistemática de cooperação em torno de políticas públicas congruentes. Essa questão será tratada mais adiante neste trabalho.

em prática. É isso que as faz diferentes das nossas cidades” (CAVALCANTI, 2013, p. 8). Numa abordagem mais objetiva, diz: “duas armas bastaram para mudar radicalmente essas duas cidades: decisão política e boa gestão pública” (CAVALCANTI, 2013, p. 13).

Ainda com relação às observações desse autor, deve-se ter em vista a importância de as políticas públicas serem tratadas sob a ótica da articulação e cooperação entre vários setores, instituições e esferas governamentais, privilegiando a gestão compartilhada e comprometida. Lembra que “foi sob essa perspectiva de integralidade que foram implementadas as políticas de segurança e convivência de Bogotá e Medellín, na Colômbia, cujos resultados são internacionalmente reconhecidos pela redução da violência” (CAVALCANTI, 2013, p. 145).

Nessa esteira, Yúdice (2008, p. 55-56) aponta que

Em Medellín, o prefeito Sergio Fajardo (2004-2007) implantou uma combinação de políticas semelhantes às dos três prefeitos de Bogotá, centralizando-se na infraestrutura (a Empresa de Desenvolvimento Urbano, EDU, estimulou a implementação de teleféricos, sistema de transporte de alta capacidade que interliga os bairros periféricos com os do centro; a construção e ampliação de plataformas; a construção e reforma de muitas escolas; a criação de cinco bibliotecas parque de grandes dimensões nas periferias, como a construída por Peñalosa etc.), na inclusão e participação (combinando orçamento participativo e inspetorias da gestão pública), e na segurança e cultura da cidade (reintegração de paramilitares; aumento do número de policiais; incentivo à harmonização das leis, da moral e cultura pelo programa de Mockus). (YÚDICE, 2008, p. 55-56).

No Brasil, conjugar urbanismo e cultura com segurança pública, para contenção da violência urbana e afirmação da paz social, é algo que está bem lastreado nos debates e discursos propagados pelos mais variados ambientes acadêmicos e políticos. No segundo mandato do governo Lula, por exemplo, iniciativas conjuntas entre o MinC e o Ministério da Justiça (MJ) espelharam políticas públicas que integraram o PAC. No caso do MinC, foi lançado em outubro de 2007 o programa Mais Cultura,¹⁰ por meio do qual estavam previstas várias ações de fomento, incluindo a construção de bibliotecas. Pelo lado do MJ, foi lançado o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) sob o propósito de reunir

¹⁰ O programa Mais Cultura representa o reconhecimento da cultura como necessidade básica, direito de todos os brasileiros, tanto quanto a alimentação, a saúde, a moradia, a educação e o voto. Com a criação do Programa, o governo federal incorpora a cultura como vetor importante para o desenvolvimento do país, incluindo-a na agenda social – com status de política estratégica de estado para atuar na redução da pobreza e da desigualdade social. Na perspectiva de cooperação, articulação e integração, o Ministério da Cultura estabelece parceria com ministérios, bancos públicos, organismos internacionais e instituições da sociedade civil, além de assinar acordos com governos estaduais e municipais para a implementação das ações do Mais Cultura. O programa Mais Cultura se estrutura em três dimensões articuladas entre si: Cultura e Cidadania, Cultura e Cidades e Cultura e Economia. Todas as ações do Mais Cultura buscam a ampla participação da sociedade civil e dos poderes públicos. Disponível em: <<http://bit.ly/2nIbdrZ>>. Acesso em: 14 jul. 2014.

ações de prevenção, controle e repressão da violência, articulando ações de segurança pública com ações sociais já promovidas pelo governo federal.

A articulação com outros programas do governo federal tem sido de relevante valor para o fomento do repertório oferecido aos executores. É imperativo que programas habitacionais dialoguem com ações governamentais, tais como: os Telecentros de inclusão digital e o programa Mais Cultura, que financia construção, requalificação e equipagem de espaços culturais multiuso. (BRASIL, 2010)

Passados quase oito anos do PAC, a pergunta que se poderia fazer é: o que se concretizou da retórica da integração, da cooperação que conectou as pastas acionadas pelo programa? Não é objetivo aqui checar se existem ações derivadas das aludidas iniciativas. Mas, em tese, poder-se-ia lançar ao menos uma desconfiança ou curiosidade sobre o deslinde dessas parcerias entre esferas governamentais efetivadas sob a forma de convênios, ante as poucas garantias de continuidade desses projetos, mormente em relação à vontade política, à sustentabilidade e à efetividade das intervenções. Porém, mesmo que algumas realidades se apresentem na forma de decepções ou não, a receita de aglutinar esforços para a realização de políticas urbanas e sociais continuará idêntica em termos de importância e necessidade.

Outro fato ilustrativo de iniciativas de cooperação com esses objetivos advém de recente episódio. Em 2015, o governo estadual do Rio de Janeiro anunciou um programa integrado de ações sociais. Conforme noticiado pela Unidade de Polícia Pacificadora:

O Morro São João, no Engenho Novo, será a primeira comunidade pacificada a receber um programa integrado de ações sociais e serviços públicos decorrentes da atuação da Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação (Cemapp). A decisão foi anunciada nesta terça-feira (17/3), durante a segunda reunião do grupo, presidida pelo governador Luiz Fernando Pezão. Já na próxima semana integrantes da Cemapp farão visitas técnicas à comunidade para conversar com moradores e definir serviços prioritários a serem implementados. (RIO DE JANEIRO, 2015).

Na mesma matéria, observa-se que pronunciamentos oficiais deram realce à necessidade de articulação. Disse o então governador Luiz Fernando Pezão:

Vamos trabalhar em conjunto com a Prefeitura do Rio para somar recursos e planejamentos. [...] estamos unidos para ampliar os serviços oferecidos nessas áreas e melhorar a qualidade de vida dos moradores. A intenção é garantir a inclusão social e a igualdade de oportunidades. (RIO DE JANEIRO, 2015).

E complementou o secretário municipal de Coordenação de Governo, Pedro Paulo Carvalho:

A integração dos órgãos municipais e estaduais é decisiva para levar ações sociais e desenvolvimento para as comunidades pacificadas. A prefeitura do Rio

vai apoiar o trabalho do Governo do estado nas UPPs e unir nossos esforços para oferecer serviços de qualidade nessas áreas. (RIO DE JANEIRO, 2015).

O grau de envolvimento e participação pode ser verificado na composição da Comissão Executiva de Monitoramento e Avaliação da Política de Pacificação (Cemapp). Além do governador e do secretário de Segurança do Rio de Janeiro, integram a comissão os titulares das secretarias da Casa Civil, Planejamento e Gestão, Saúde, Educação, Habitação, Ciência e Tecnologia, Cultura, Transporte, Ambiente, Assistência Social e Direitos Humanos, Obras, Esporte, Lazer e Juventude e Prevenção à Dependência Química. Representantes do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) e Defensoria Pública também deverão compor a comissão.

O objetivo não é criar um modelo analítico para identificar aspectos técnicos, administrativos ou políticos das realidades colombiana e brasileira. A comparação ora apresentada, de forma bem superficial, serve tão somente para se fazer uma reflexão sobre questões relacionadas à instalação de bibliotecas em comunidades carentes de serviços públicos essenciais. Parece oportuno que o estado do Rio de Janeiro tenha no modelo colombiano a fonte inspiradora para políticas públicas de cultura; que em processos de urbanização de favelas possamos incluir novidades como bibliotecas multifuncionais. Mas como isso se articula com outras ações governamentais e adquire significado para os moradores? Como construir políticas sociais perenes e integradas? Mariana Cavalcanti (2013, p. 73) analisa que

[...] de um modo geral, portanto, ao longo do século XX esboçou-se um padrão nas políticas públicas direcionadas às favelas: durante períodos de governo autoritário, iniciativas de remoção ganhavam força e eram efetivamente implementadas. Em períodos de democracia, a urbanização – parcial, no mais das vezes – caminhava a passos lentos por meio de arranjos clientelistas, a dita “política da bica d’água”, que garantia certa tolerância em relação às favelas, traduzindo-se em melhorias de infraestrutura, sem, no entanto, constituir uma política sistemática.

Cavalcanti (2013, p. 196) pondera que

[...] a fim de compreender os efeitos das obras do PAC em Mangueiras e em outros lugares é necessário ir além das intervenções urbanísticas e se voltar para o contexto mais amplo em que os programas de urbanização contemporâneos são concebidos e executados, e para de que modo eles estão conectados a processos maiores de transformação urbana e social.

Parecendo correta a assertiva de que as bibliotecas parque nasceram de uma oportunidade proporcionada pelo PAC¹¹, e não de uma política de Estado,¹² que vê a cultura como um vetor estratégico de inclusão social e desenvolvimento humano, o desafio é fazer que a inspiração colombiana, em que várias áreas de governo se relacionam e se complementam, não fique adstrita à implantação do modelo de funcionalidades dessas bibliotecas. Até porque, se assim for, em quase nada contribuirá para melhorar o panorama de cidadania das comunidades, ainda que na percepção da SEC o espaço tenha um

[...] importante papel nas comunidades a que servirá, uma vez que a Biblioteca Parque é uma biblioteca pública multifuncional em área de risco e, assim, contribui para a diminuição da violência, criando um espaço de convivência da comunidade. A Cultura tem papel decisivo na construção de um cidadão crítico e confiante de seu papel criador na sociedade. Assim, transforma através da reflexão, da criação e da alegria.¹³

Nesse passo, deve-se ressaltar que a “política sistemática” referenciada por Cavalcanti foi, conforme já mencionado neste trabalho, a principal decisão perfilhada pelas autoridades colombianas. A atuação da Cemapp, dentro desse contexto, carrega nova esperança no sentido de que se tenha, respeitadas as peculiaridades das cidades, uma confluência da experiência colombiana com iniciativas que ainda precisam ser engendradas no Rio de Janeiro.

4 A Biblioteca Parque de Manguinhos e a formação da rede

De acordo com o site da Secretaria de Cultura,

[...] a Biblioteca Parque de Manguinhos é uma iniciativa do Governo Federal (Ministério da Cultura, através do Programa Mais Cultura e do Plano Nacional de Livro e Leitura) e do Governo do estado (Secretaria de Cultura/SEC), e atende a 16 comunidades do Complexo de Manguinhos, na Zona Norte do Rio de Janeiro, cuja população soma, aproximadamente, 100 mil habitantes.¹⁴

Inaugurada em abril de 2010, a biblioteca tem “como principais referências as bem-sucedidas experiências implementadas em Medellín e Bogotá, na Colômbia, é um espaço cultural e de convivência, que oferece à população ampla acessibilidade, com qualidade física,

¹¹ As novas bibliotecas do PAC pretendem oferecer aos seus usuários leitura em diferentes suportes, com grande oferta documental eletrônica, em espaços apropriados para atividades culturais e serviços diversos. Disponível em: <<http://bit.ly/2otOG42>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

¹² Em entrevista concedida ao autor em maio de 2015, Medeiros observa que “as bibliotecas da Colômbia estão diretamente conectadas a políticas de Estado, fato que não ocorre aqui”.

¹³ Disponível em: <<http://bit.ly/2oRapyJ>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

¹⁴ Ibid.

humana e de serviços”.¹⁵ A biblioteca ocupa uma área de 3,3 mil metros quadrados do antigo Depósito de Suprimento do Exército. O local foi totalmente urbanizado e transformado no lugar de maior concentração de equipamentos sociais em uma comunidade carente da cidade. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2010).

O site da SEC/RJ ainda informa que a biblioteca foi

Baseada no conceito de que bibliotecas não devem ser somente espaços silenciosos de leitura, mas lugares que se aproximem de centros culturais com ampla acessibilidade, possibilidades de troca de conhecimento e experiências humanas, a Biblioteca Parque de Manguinhos realiza atividades culturais e de promoção de leitura nos mais diversos suportes, visando estimular a produção, a fruição e a difusão das produções artísticas e, especialmente, a viabilização do acesso à cultura.¹⁶

Como aponta Julia Maranhão (2015, p. 31), apesar do nome adotado pelo governo do estado, em nenhum momento, nem nos impressos nem na página da internet que contém informações sobre as bibliotecas parque do Rio de Janeiro foram encontradas menção sobre o significado do termo “parque”. Em contraponto, a autora diz que no caso das bibliotecas colombianas, em sua grande maioria situadas em espaços ao ar livre como jardins, a expressão é amplamente divulgada “como tendo relação com o aspecto da convivência e do lazer”.

Outro aspecto diz respeito à informação amplamente divulgada pela mídia de que se tratava da “primeira biblioteca parque do Brasil”, tal como noticiou a Empresa Brasil de Comunicação. (EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO, 2010). Na verdade, esse conceito de biblioteca com múltiplas funcionalidades não revelava nenhuma novidade, a não ser em relação ao nome importado das bibliotecas de Medellín.¹⁷ Segundo o site da Biblioteca de São Paulo (BSP), inaugurada em 8 de fevereiro de 2010, portanto anterior à de Manguinhos, situada na zona norte da capital,

[a Biblioteca] foi concebida para ser um espaço arrojado, com projeto inovador de inclusão social por meio da leitura [...] Inspirada na Biblioteca de Santiago, no Chile, e nas melhores práticas adotadas pelas bibliotecas públicas do país, a BSP está em sintonia com as ações do programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura (MinC) [...] a estrutura foi planejada para oferecer conforto, autonomia e atenção aos sócios e frequentadores, que são o elemento central da biblioteca. A BSP oferece conteúdo em formatos variados, como livros tradicionais ou em formatos acessíveis (Braille, audiolivro), Kindles, DVDs, CDs, além de jogos.¹⁸

¹⁵ Ibid.

¹⁶ Disponível em: <<http://bit.ly/2oRapyJ>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

¹⁷ As bibliotecas de Bogotá, que adotam o mesmo conceito de funcionalidade, não se chamam “parque”. São conhecidas como bibliotecas públicas.

¹⁸ Disponível em: <<http://bsp.org.br/a-bsp/>>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Como se vê, são propostas que carregam características da mesma espécie, seja porque estimuladas e viabilizadas pelo programa Mais Cultura, seja porque ancoradas em referências internacionais. De fato, as bibliotecas públicas vêm passando por grandes transformações e, com o objetivo de atrair usuários, tornando-se um inequívoco e relevante mecanismo de acesso à cultura, a partir da oferta de diversas atividades culturais. Mas também parece oportuno também verificar as categorias e funções das bibliotecas públicas. Ana Ligia Medeiros salienta que as bibliotecas parque do Rio de Janeiro, “na verdade, são bibliotecas públicas, sendo essa uma terminologia usada em Medellín”. (MEDEIROS, 2015). Em Bogotá usa-se “bibliotecas públicas”, com idêntico conceito.

Nas palavras de Medeiros, “a biblioteca parque é uma biblioteca que oferece possibilidades de a pessoa ter acesso à cultura”, assemelhando-se a um centro cultural. Enfatiza, contudo, que “são opções culturais dentro de uma biblioteca, por isso, não é um centro cultural”. Adverte que é intrínseco ao modelo possuir “uma responsabilidade de educação não formal”, do mesmo modo que os centros culturais, cuja função educativa não se apresenta como finalidade ou prioridade. Nessa ordem de considerações, revela que a configuração proposta por esses equipamentos, em que pese seja um instrumento de atração, “não pode superar a função da biblioteca que é levar a leitura e acesso à informação ao cidadão; que é de formar cidadãos”. (Medeiros, 2015).

De acordo com a SEC/RJ “a biblioteca parque é uma biblioteca pública multifuncional em área de risco [...] que assume um papel central no processo de inclusão e transformação social, contribuindo para a redução da violência”.¹⁹ A Biblioteca²⁰ de Manguinhos “é a primeira de uma rede que a Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro vem implementando, com o objetivo de estruturar um novo patamar de atendimento às comunidades do estado”.²¹

Nesse contexto, convém trazer a lume o Decreto Estadual do Rio de Janeiro nº 44.694, de 28 de março de 2014, que cria a “Rede de Bibliotecas Parque do Estado”, integrada pela Biblioteca Parque Estadual, Biblioteca Parque de Niterói, Biblioteca Parque de Manguinhos, Biblioteca Parque da Rocinha e Biblioteca Parque do Alemão.²² Note-se que no informe

¹⁹ Disponível em: <<http://bit.ly/2oRapyJ>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

²⁰ A Biblioteca Parque de Manguinhos fica na Avenida Dom Hélder Câmara, 1184, Benfica, Rio de Janeiro.

²¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2oRapyJ>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

²² Trecho extraído da “Opinião” da *Revista Biblio Cultura Informacional*, de 16 de setembro de 2014, que analisa: “esses espaços culturais infelizmente estão se transformando em políticas de governo, em que os interesses de campanha em ano de eleição estão colocando em risco a existências dessas bibliotecas. A primeira biblioteca a fechar suas portas foi a Biblioteca Parque do Alemão, inaugurada em junho do ano passado, esse espaço cultural fechou suas portas para ceder suas dependências a uma clínica da família na região. Cabe

oficial a secretaria associa o nome dado a esses equipamentos às comunidades posicionadas em áreas de risco, só que duas delas efetivamente não estão situadas nessas localidades, quais sejam, a Parque Estadual – no centro do Rio de Janeiro, e a Parque de Niterói – no centro de Niterói.

Além desse aspecto, Medeiros (2015) ressalva de forma taxativa que ambas as bibliotecas “não são bibliotecas parque”, pois possuem função precípua de memória estadual, sustentada pela forma de composição e de utilização dos acervos. A mensagem da SEC/RJ de que as bibliotecas parque são ferramentas inseridas em territórios de criminalidade, além de não ser condizente com o próprio decreto que proclama a criação da rede, induz a uma falsa percepção na sociedade sobre os reais contornos das ações governamentais relativas ao tema. Nessa perspectiva, em matéria divulgada no site da Feira Literária de Paraty 2015 revelou que essas bibliotecas estão “localizadas justamente nos espaços urbanos onde não há nenhum outro equipamento disponível para a população”,²³ fato que, como se viu, não reflete a realidade.

Ademais, ainda que a rede de bibliotecas parque tenha surgido no terreno das oportunidades decorrentes das obras do PAC, como no caso de Manguinhos, Rocinha e Alemão, influenciando decisivamente a ressignificação dos espaços da Presidente Vargas e de Niterói, estes parecem merecer uma abordagem teórico-conceitual que vai além do estabelecimento de espaços de convivência democrática. Inobstante os expressivos ganhos que esse modelo proporciona quanto à realização de direitos culturais, uma eventual generalização das missões institucionais desses equipamentos, bem como a visão ampla de cultura que compõe a base conceitual dessas bibliotecas, podem ensejar distorções no processo de formulação das políticas públicas do livro e da leitura, refletindo negativamente nos interesses e nas demandas da população.²⁴

5 Considerações finais

A adoção de políticas públicas integradas e sistemáticas apontam, em geral, para boas práticas. Persegui-las passa a ser, então, uma obrigação para os que manejam a gestão pública. Foi assim que as bibliotecas públicas colombianas, situadas onde prevalecia a criminalidade,

ressaltar que a Biblioteca Parque do Alemão é a única construída na região após a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP)”. Disponível em: <<http://bit.ly/2nBMPWu>>. Acesso em: 17 jul. 2015.

²³ Disponível em: <<http://bit.ly/2om49Qh>>. Acesso em: 19 jul. 2015.

²⁴ A questão das políticas nacional e estadual para o setor será desenvolvida em seção específica na dissertação do autor.

obtiveram êxito e se transformaram em referências internacionais, sendo valioso objeto de estudos acadêmicos, mas também e principalmente jogando luz sobre semelhante realidade de outros países.

A incorporação desse formato de bibliotecas pelo governo do estado do Rio de Janeiro é oportuna e conveniente no processo de urbanização das favelas, cujo objetivo fundamental é fazer que a população desses territórios tenha acesso a serviços públicos de qualidade, assim, possa de fato e de direito exercer a cidadania. Sabe-se, porém, do risco que é efetuar a instalação desses equipamentos, sem a necessária observância da interconexão de ações governamentais, ou seja, da interseção das políticas de urbanismo, de cultura, de educação, de transporte, entre outras. A efetivação do direito à cidade e à cultura está intimamente ligada a essa postura.

Ainda que o PAC Favelas tenha impulsionado a partir de Manguinhos uma relevante política para bibliotecas no estado com a consequente criação da rede, merece especial atenção a forma de abordagem teórico-conceitual dos equipamentos que se destinam às comunidades carentes e aqueles localizados nos centros do Rio de Janeiro e de Niterói, estes com a finalidade primordial de guardiões da memória do estado.

A diferença ora invocada, dessa maneira, não se refere ao posicionamento geográfico, mas às funcionalidades que elas devem possuir. Uniformes ao propiciarem instalações modernas e atraentes ao público, o pensamento estratégico dos dois grupos deve afastar a hipótese de generalização que o nome de batismo as emprestou. Ambos requerem todo o cuidado quando da comunicação com a sociedade, bem assim no processo de formulação das políticas públicas correlatas.

Referências

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Urbanização de favelas**: a experiência do PAC. Brasília: Ministério das Cidades; Secretaria Nacional de Habitação, 2010.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Programa de Aceleração do Crescimento, 2007-2010**. Brasília, 2007. (Material para a Imprensa).

CÂMARA, Andreza Aparecida Franco. Políticas públicas de habitação e o programa de aceleração do crescimento: análise das intervenções no estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 145-178, dez. 2011.

CASTELLS, Manuel; BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 45, p. 152-166, jul. 1996.

CAVALCANTI, Mariana. À espera, em ruínas: urbanismo, estética e política no Rio de Janeiro da ‘PACificação’. **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 191-228, abr./maio/jun. 2013.

_____. Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 69-80, fev. 2009.

CAVALCANTI, Murilo. (Org.). **As lições de Bogotá & Medellín**: do caos à referência mundial. Recife: INTG, 2013.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Rio de Janeiro ganha primeira biblioteca parque do Brasil**. Brasília: Empresa Brasil de Comunicação, 2010.

MARANHÃO, Julia de Brito Ponce. **Biblioteca Parque da Rocinha**: cotidiano, cultura e cidadania num equipamento cultural carioca. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getulio Vargas.

MEDEIROS, Ana Ligia. **Entrevista concedida pessoalmente a Luiz Fernando Zugliani** [maio 2015]. Rio de Janeiro: [s.n.], 2015.

RIO DE JANEIRO. **Morro de São João será a primeira comunidade pacificada a receber ações sociais integradas**. Rio de Janeiro, 17 mar. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/1F9t3Yi>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

TRINDADE, Cláudia Peçanha. O Programa de Aceleração do Crescimento: infraestrutura/urbanização de favelas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 1-10.

YÚDICE, George. Modelos de desarrollo cultural urbano: ¿gentrificación o urbanismo social? **Alteridades**, Ciudad de México, v. 18, n. 36, p. 47-61, jul./dic. 2008.